

A full-page background image of a police officer in tactical gear, including a helmet with goggles, a vest, and a rifle. The officer is looking directly at the camera with a serious expression. The background is dark and out of focus, suggesting an urban or industrial setting at night.

8º Simulado Especial
Agente Polícia
Rodoviária Federal
Pré-edital

Simulado

8º Simulado Especial Polícia Rodoviária Federal

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Policial Rodoviário Federal da PRF**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/zx1YSwptNVn39KGQ6>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

Espanhol: <https://coruja.page.link/xdAt> | Inglês: <https://coruja.page.link/XTTc>

BLOCO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabício Dutra***Texto 1****A Fiscalização Financeira no Brasil: Transparência e Combate à Evasão Fiscal**

O aprimoramento do controle e da fiscalização das operações financeiras no Brasil é uma das prioridades do Fisco, que busca alinhar o país às exigências do Padrão de Declaração Comum (CRS), um compromisso internacional voltado à promoção da transparência e ao combate à evasão fiscal. Nesse contexto, novas medidas foram anunciadas com o objetivo de ampliar a coleta de dados sem violar a privacidade dos cidadãos.

Em um cenário de crescente digitalização e popularização de ferramentas como o Pix, a Receita Federal espera intensificar o monitoramento das transações financeiras, assegurando o recolhimento adequado dos tributos. Para o cidadão comum, essas mudanças não devem alterar o cotidiano. No entanto, as empresas que realizam operações financeiras passam a ter a obrigação de reportar semestralmente suas atividades por meio da e-Financeira, um sistema eletrônico integrado ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

Esse mecanismo, além de monitorar as transações realizadas, registra informações detalhadas sobre cadastros, abertura e fechamento de contas, e operações relacionadas à previdência privada. A intenção é padronizar e integrar os dados financeiros e contábeis de diferentes organizações, fortalecendo o papel do governo no combate a práticas ilícitas, como a sonegação fiscal.

Embora o Fisco reitere que essas medidas não configuram invasão de privacidade, a ampliação da fiscalização representa um passo importante para garantir a transparência nas operações financeiras, especialmente em um momento em que a economia digital demanda mais rigor e eficiência nos controles governamentais. Assim, o Brasil reforça sua posição no cenário global como um país comprometido com práticas fiscais justas e responsáveis.

01. Segundo o texto acima, tanto cidadãos comuns quanto empresas terão novas obrigações.
02. De acordo com o texto, a fiscalização se intensifica com o crescimento das transações digitais, como o Pix.
03. Como consequência das medidas apresentadas no texto, cita-se o fortalecimento da imagem do Brasil no cenário global e a atração de investimentos, ao mesmo tempo em que dificulta práticas de sonegação e evasão fiscal.
04. No primeiro período do texto, a contração 'às' poderia ser substituída por preposição 'a', sem afetar a correção gramatical e o sentido original.
05. No primeiro parágrafo, a expressão 'com o objetivo de' poderia ser substituída por 'afim de'.
06. No quarto período do terceiro parágrafo, a retirada da vírgula após o termo 'realizadas' prejudicaria a correção gramatical do texto.
07. No primeiro período do quarto parágrafo, o conectivo 'Embora' poderia ser substituído corretamente e com manutenção do significado por 'Conquanto'.
08. No primeiro período do quarto parágrafo, a substituição do verbo 'configuram' por 'configurem' manteria a correção e o sentido original do texto.
09. No segundo parágrafo, na expressão 'operações relacionadas à previdência privada', poderia ser inserida a preposição 'com' após o termo 'relacionadas', mantendo-se a correção gramatical do texto.

10. No primeiro período do último parágrafo, se a expressão ‘em que’ fosse substituída por ‘onde,’ haveria incorreção gramatical.

Texto 2

A Meta, as fake news e a guerra das narrativas

A decisão da Meta de encerrar seu programa de checagem de fatos trouxe à tona mais um capítulo da polarização que contamina a política brasileira, agora se estendendo às redes sociais. No centro da controvérsia, o governo e seus aliados rapidamente criticaram a postura da gigante liderada por Mark Zuckerberg, enquanto setores da oposição celebraram o movimento como uma vitória contra o que consideram censura disfarçada.

Os extremos dessa batalha narrativa encontram eco nos discursos dos deputados Orlando Silva (PCdoB-SP) e Carlos Jordy (PL-RJ). De um lado, Orlando Silva, relator do projeto de lei que visa regulamentar as redes e combater as fake news, disparou críticas contundentes contra a Meta. Do outro, Carlos Jordy, vice-líder da oposição, não escondeu a satisfação diante do fim da parceria com verificadores de fatos.

Para Orlando Silva, a decisão de Zuckerberg é mais um passo rumo à convivência com a desinformação. Ele comparou a postura do fundador da Meta à de Elon Musk, proprietário da plataforma X, antigo Twitter, e conhecido por suas críticas à moderação de conteúdo. “A verdade é que Zuckerberg se rendeu, de modo servil, a Donald Trump e aos objetivos da extrema-direita, e o fez sem nenhuma preocupação em disfarçar. A crítica dirigida aos tais ‘tribunais secretos’ é descabida e apenas ecoa as mentiras de Elon Musk”, afirmou o parlamentar.

Enquanto isso, no campo oposto, a decisão da Meta é comemorada como um marco contra o que opositores enxergam como uma tentativa de controle ideológico disfarçado de checagem. Nesse cenário, o debate sobre o papel das plataformas digitais na mediação da verdade ganha contornos ainda mais inflamados, evidenciando que a luta por narrativas no Brasil extrapola a política tradicional, agora travada no território sem lei das redes sociais.

Ao que tudo indica, a questão vai muito além de checar ou não checar fatos: trata-se de quem controla o microfone na praça pública virtual. E nessa arena, cada decisão de empresas como Meta ou X funciona como combustível para um país já em chamas.

11. Segundo o texto, o debate sobre a decisão da Meta reflete a polarização política no Brasil, com diferentes interpretações sobre o papel das redes sociais no controle da desinformação.

12. Infere-se do texto que há praticamente consenso na visão de que decisão da Meta como uma postura neutra e necessária para o funcionamento das redes sociais.

13. No primeiro período do texto, a expressão ‘de fatos’ funciona como objeto indireto.

14. Se o pronome em ‘se estendendo’ fosse deslocado para depois do verbo, a correção gramatical seria prejudicada.

15. No primeiro parágrafo, o verbo ‘criticaram’ poderia ser substituído por ‘fizeram críticas’, com manutenção da correção gramatical.

16. No segundo período do segundo parágrafo, seria correto empregar uma preposição ‘a’ antes da forma verbal ‘regulamentar’, com manutenção da correção gramatical.

17. No trecho ‘Ele comparou a postura do fundador da Meta à de Elon Musk’, o acento grave está incorreto, pois o substantivo subsequente é masculino.

18. No final do terceiro parágrafo, o termo ‘o parlamentar’ funciona como objeto direto do verbo ‘afirmou’.

19. O trecho ‘Ao que tudo indica, a questão vai muito além de checar ou não checar fatos: trata-se de quem controla o microfone na praça pública virtual’ poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: Ao que parece, a questão vai muito além de checar fato, ou não: ela se trata de quem controla o microfone na praça pública virtual.

20. No penúltimo parágrafo, termo "**sem lei**" poderia ser substituído corretamente por "**não regulamentado**".

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

Para dividir uma carga de drogas ilícitas entre três traficantes, foram planejadas duas formas distintas. Na primeira, a carga seria dividida na razão direta dos números 3, 5 e 7; na segunda, na razão direta dos números 4, 9 e 12. Na segunda forma de divisão, a segunda maior parte da carga ficaria aumentada em 30kg com relação à segunda maior parte da primeira forma de divisão. Em face dessa situação, julgue os itens a seguir.

21. Na segunda forma de divisão, a maior parte da carga é 360kg maior do que a menor parte.
22. A carga de drogas ilícitas a ser dividida entre os traficantes é superior a 1.100 kg.

Para realizar um levantamento estatístico, um Policial Rodoviário Federal analisa, a cada dia, certa quantidade de Boletins de Ocorrência. As quantidades analisadas a cada dia estão em uma progressão aritmética cujo primeiro termo é 12 e a razão é igual a 2. Considerando que o total de Boletins de Ocorrência a serem analisados seja igual a 726, julgue os itens a seguir.

23. O Policial Rodoviário Federal concluirá a tarefa em mais de 20 dias.
24. No último dia de trabalho, terão sido analisados mais de 55 Boletins de Ocorrência.

Uma delegacia da Polícia Rodoviária Federal possui uma frota de 20 veículos, sendo 15 SUVs e 5 sedans. Em determinado dia, foi necessário escolher 3 veículos para fazer ronda. Com base nesses dados, julgue os itens a seguir.

25. Existem mais de 460 maneiras diferentes de escolher os veículos de forma que todos os três sejam SUVs.
26. Existem mais de 1.100 maneiras de escolher os veículos de forma que pelo menos um entre os três seja SUV.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

27. No Windows 11, O Bloco de Notas tem cantos arredondados, seguindo o design padrão do Sistema operacional e a possibilidade de usar o modo escuro, algo que facilita muito a tarefa de escrever um texto no notebook à noite, por exemplo.
28. O Word possui revisão ortográfica e gramatical, mas ainda possui uma limitação em relação a inclusão de novos dicionários, principalmente para evitar problemas com direitos autorais. Dessa forma, o usuário não pode incluir novos dicionários ao Word.
29. A função PROCV, no Excel, permite localizar um valor em uma coluna e retornar um valor correspondente de outra coluna na mesma linha. Sendo uma ferramenta muito útil para comparar e extrair dados de grandes tabelas.

- 30.** A Inteligência Artificial Limitada (Narrow Artificial Intelligence, NAI), também chamada de “IA fraca”, tem como objetivo realizar as atividades para as quais foi programada, armazenando uma grande quantidade de dados e fazendo cálculos complexos com rapidez.
- 31.** O ICMP é o protocolo utilizado na camada de aplicação das redes TCP/IP para a utilização de mensageria.
- 32.** Os ataques de phishing usam cavalos de Troia para controlar vários computadores, em geral com a finalidade de enviar spam.

FÍSICA

Vinicius Silva

TEXTO PARA AS QUESTÕES 33 A 35

Um atirador de elite (Sniper) ao participar de uma negociação em meio a um gerenciamento de crises foi autorizado a dar o tiro de comprometimento. Nessa situação, o atirador estava colocado em uma linha paralela ao solo a uma altura H , e ameaça estava na mesma linha de visada do cano da arma, a uma distância horizontal de 300m do atirador. O atirador então efetuou o disparo e o projétil saiu do cano da arma com uma velocidade de 720km/h. Considerando a aceleração da gravidade local como sendo igual a 10m/s^2 e desprezando os efeitos dissipativos e eventuais resistências, julgue os itens abaixo acerca da situação relatada.

- 33.** A trajetória do movimento do projétil pode ser representada por uma linha reta, paralela ao solo, devido a sua alta velocidade, podendo ser considerado como sendo um movimento uniforme.
- 34.** O projétil vai atingir o alvo em uma posição mais de 10m abaixo da linha de visada.

- 35.** Pode-se afirmar que quanto maior for a velocidade do disparo, menor será o desvio vertical causado pela gravidade.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 36 E 37

Um veículo “A” no alto de uma montanha perde os freios e inicia uma descida desgovernada em linha reta. Considerando que o ponto da montanha em que ele se encontra está a 200m em linha reta numa inclinação de 10° , e que a gravidade local é de 10m/s^2 . Despreze os demais atritos envolvidos na questão.

Supondo que não haja nenhum veículo no curso da pista, e que o veículo A chegue à base da montanha, julgue os itens abaixo.

Dado: $\text{sen } 10^\circ = 0,17$.

- 36.** Caso a pista não fosse em linha reta e o veículo descesse em espiral, sua velocidade na base da montanha seira maior que aquela que ele adquirirá ao final.
- 37.** A velocidade ao final do evento será maior que 60km/h.

ÉTICA E CIDADANIA

Tiago Zanolla

- 38.** O Policial Rodoviário Federal Roberto foi acusado de desviar conduta ética em sua vida privada, com impactos diretos na sua imagem como servidor público. No procedimento, foi argumentado que a conduta do policial não dizia respeito à Administração Pública, pois ocorreu fora do ambiente de trabalho. Com base nos preceitos éticos do Decreto nº 1.171/1994, a Administração Pública só pode avaliar a conduta privada do servidor público nos casos de crimes comprovados, sem considerar o impacto ético ou moral.

39. João, servidor público federal, foi denunciado por um cidadão comum por suposta prática de ato em desrespeito ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil. A denúncia foi apresentada à Comissão de Ética Pública (CEP), que iniciou a apuração. João argumentou que a denúncia não poderia ser aceita, pois o denunciante não tinha vínculo direto com a Administração Pública. Com base no Decreto n. 6.029/2007, a denúncia não pode ser aceita, pois somente agentes públicos ou entidades de classe têm legitimidade para provocar a atuação da Comissão de Ética.

40. No contexto da administração pública federal, é essencial compreender os conceitos que norteiam a política de governança pública. Com base no Decreto nº 9.203/2017, o processo destinado à avaliação, direção e monitoramento da gestão para assegurar a implementação de políticas públicas e a prestação de serviços à sociedade é denominado governança pública.

41. Joana é servidora pública federal e, além de cumprir rigorosamente suas atribuições funcionais, participa ativamente de projetos comunitários em sua cidade, promovendo palestras sobre direitos dos cidadãos e formas de acesso aos serviços públicos. Seu superior, no entanto, questionou se essa atuação extrapolava os limites de seu cargo. Com base nos princípios éticos e de cidadania ativa previstos na administração pública, a atuação de Joana está em conformidade com os princípios éticos da administração pública, pois demonstra comprometimento com o bem comum e os interesses da sociedade.

42. O servidor Carlos, integrante de um órgão federal, publicou em suas redes sociais críticas à atuação funcional de outro servidor público federal, questionando sua honorabilidade e sugerindo ineficiência no desempenho de suas atribuições. Essa atitude gerou repercussão negativa dentro da administração pública. Com base na exposição de motivos nº 37, Carlos agiu dentro de seus direitos, pois, como cidadão, pode expressar livremente sua opinião sobre a atuação de outros servidores públicos.

GEOPOLÍTICA

Leandro Signori

No que se refere à rede de transportes no Brasil, julgue os itens que se seguem em C ou E (certo ou errado):

43. O modal rodoviário é predominante na matriz de transportes do Brasil e responde por mais de 60% do transporte de cargas no território nacional, sendo esse predomínio decorrente das políticas públicas implementadas a partir da segunda metade do século XX.

44. O modal ferroviário no Brasil apresenta uma malha moderna e extensa, correspondendo a cerca de um terço da movimentação de cargas no território nacional, o que demonstra a alta competitividade do sistema ferroviário brasileiro em relação a outros países de grande extensão territorial.

45. O transporte hidroviário no Brasil é mais intensamente utilizado na região Norte, onde os rios desempenham papel crucial na movimentação de cargas e passageiros, em função da precariedade da infraestrutura rodoviária e das características geográficas da região.

Considerando a integração entre a indústria, estrutura urbana e setor agrícola no Brasil julgue os itens a seguir em C ou E (certo ou errado):

- 46.** A modernização da agropecuária brasileira, a partir da segunda metade do século XX, intensificou a integração entre o setor agrícola e a indústria, contribuindo para o surgimento de complexos agroindustriais que aumentaram a produção e a exportação de commodities, como a soja e a cana-de-açúcar.
- 47.** A amplificação da agricultura empresarial a partir da década de 1970 restringiu-se às regiões Sul e Sudeste, sem impactos significativos nas regiões Centro-Oeste e Norte, em que continua predominando práticas agrícolas tradicionais.

ESPAÑHOL

Adinoel Sebastião

La juventud de hoy

Los jóvenes de hoy son un desastre. Siempre han sido un desastre. Contradicen a sus padres y tiranizan también a los pedagogos y profesores, decían en Grecia hace 2500 años. Piensan que lo saben todo, advertía Aristóteles. No prevén lo que es útil, se lamentaba Horacio. Y así, por los siglos de los siglos, hasta el último informe PISA (Programa para la Evaluación Internacional de los Estudiantes).

Es una constante histórica que los mayores de edad se quejen de los menores. Cada generación acentúa unos defectos acentúa unos defectos. Los japoneses medievales se fijaban en cómo los jóvenes degradaban el lenguaje hablado; nosotros, el escrito: con internet y las redes sociales, cometen faltas de ortografía, usan un léxico pobre y no saben redactar. En la Inglaterra del siglo XVII criticaban su dura agresividad; nosotros, su blanda hipersensibilidad.

La cuestión es que no están a nuestra altura. Y es verdad, pero no porque ellos estén más abajo, sino porque nosotros (creemos que) estamos más arriba,

según lo mostraron los psicólogos John Protzko y Jonathan Schooler en un artículo en *Science*. En una serie de experimentos vieron que los adultos consideraban que, en comparación con generaciones anteriores, la juventud de hoy estaba en declive. No obstante, curiosamente, ese desprecio hacia los jóvenes dependía de cuáles eran las virtudes que los adultos tenían o pensaban que tenían.

El estudio presentó algunos ejemplos: las personas mayores más autoritarias enfatizaban que los jóvenes de hoy no respetan a los mayores; y las más lectoras que los jóvenes de hoy leen menos. Es decir, comparamos a los jóvenes con nuestra mayor fortaleza (yo pongo más atención a su expresión escrita que a sus habilidades matemáticas, por ejemplo). Y, sobre todo, cotejamos a la juventud real de hoy con un ser ficticio: la persona que creemos que fuimos. Ese holograma de madurez y sensatez, responsabilidad y amabilidad... que nunca existió.

Sin embargo si, subjetivamente, la juventud de hoy sigue igual; objetivamente, no es así. Están peor. Como muestran José Ignacio Conde-Ruiz y Carlotta Conde Gasca, en *La juventud atracada*, los jóvenes de hoy lo tienen más difícil que nosotros. Sufren más problemas: precariedad, dificultad para acceder a una vivienda y se van de casa, de media, a los treinta años. Y disfrutan de menos poder: en las primeras décadas de la democracia los jóvenes eran más de un tercio del electorado y ahora son un quinto. Sus demandas no se atienden. Nos hemos bebido su elixir y les hemos dejado la eterna juventud.

- 48.** El autor presenta un texto con informaciones actuales a sus lectores. Para ello, utilizó solamente formas verbales que marcan el tiempo presente.
- 49.** El número «2500» se debe escribir así: dos mil quinientos.
- 50.** Se puede deducir del texto que los jóvenes objetan a sus padres desde hace siglos.
- 51.** De acuerdo con el autor del texto, los jóvenes hoy en día utilizan un vocabulario pobre.

52. El autor del texto indica que los mayores de nuestra era están lejos de las novedades tecnológicas.

53. «La cuestión es que no están a nuestra altura.»

La frase arriba está correcta, pues la forma verbal «están» está de acuerdo el término «cuestión».

54. «Sin embargo, lo increíble es que ...»

En el texto, el fragmento arriba establece determinada relación de sentido con el párrafo que lo precede. Se trata de una relación de adversidad.

55. En el texto la palabra «décadas» es un heterogenérico.

INGLÊS

Adolfo Sá

The drug-trafficking Rio gangsters who see themselves as God's 'soldiers of crime'

When police in Rio de Janeiro seize blocks of cocaine and bundles of marijuana they may well find them branded with a religious symbol – the Star of David. This is not a reference to the Jewish faith, but to the belief of some Pentecostal Christians that the return of Jews to Israel will lead to the Second Coming of Christ.

The gang selling these branded drugs is the Pure Third Command, one of Rio's most powerful criminal groups, with a reputation both for making its opponents disappear, and for fanatical evangelical Christianity.

They took control of a group of five favelas in the north of the city – now known as the Israel Complex – after one of their leaders had what he believed was a revelation from God, says theologian Vivian Costa, author of the book, *Evangelical Drug Dealers*.

She says the gangsters see themselves as "soldiers of crime", with Jesus as "the owner" of the territory they dominate.

Controversially, some have dubbed them "Narco-Pentecostals".

A rifle and the Bible

One man who has experience of crime and religion – though in his case, not at the same time – is Pastor Diego Nascimento, who became a Christian after hearing the gospel from a gangster holding a gun.

Looking at him, it's hard to believe that this boyish looking 42-year-old Wesleyan Methodist minister with a ready smile and dimples, was once a member of Rio's notorious Red Command crime gang and managed its activities in the city's Vila Kennedy favela.

Four years in prison for drug dealing weren't enough to make him give up crime. But when he became addicted to crack cocaine his standing in the gang plummeted.

"I lost my family. I practically lived on the street for almost a year. I went so far as to sell things from my house to buy crack," he says.

It was at that point, when he was at rock bottom, that a well-known drug dealer in the favela summoned him.

"He started preaching to me, saying there was a way out, that there was a solution for me, which was to accept Jesus," he recalls.

The young addict took this advice and began his journey to the pulpit.

Pastor Nascimento still spends time with criminals, but now it is through his work in prisons, where he helps people turn their lives around, as he did himself.

Despite having been converted by a gangster, he regards the idea of religious criminals as a contradiction in terms.

"I don't see them as evangelical believers," he says.

"I see them as people who are going down the wrong path and have a fear of God because they know that God is the one who guards their lives.

"There is no such thing as combining the two, being an evangelical and a thug. If a person accepts Jesus and follows the Biblical commandments, that person cannot be a drug dealer."

<https://www.bbc.com/news/articles/c86w44x083zo>

48. The Star of David on drugs seized in Rio de Janeiro is associated with the Jewish faith.

49. Pastor Diego Nascimento became a Christian after reading the Bible while in prison.

50. Pastor Diego Nascimento believes it is possible to be an evangelical and a drug dealer simultaneously.

51. Diego Nascimento lost his status in the Red Command gang because of his addiction to crack cocaine.

52. In the sentence "When police in Rio de Janeiro seize blocks of cocaine and bundles of marijuana **they** may well find **them** branded with a religious symbol – the Star of David.", THEY refers to POLICE and THEM, to drug dealers.

53. In the sentence "This is not a reference to the Jewish faith, but to the belief of some Pentecostal Christians that the return of Jews to Israel will lead to the Second Coming of Christ.", the word BUT could be replaced by THEREFORE, without changing its meaning.

54. In the sentence "Controversially, some have **dubbed** them "Narco-Pentecostals".", the verbo DUBBED could be replaced by LABELED, without changing its meaning.

55. In the sentence "Four years in prison for drug dealing weren't enough to make him give up crime., TO GIVE UP is a Phrasal Verb which means IMPROVE.

BLOCO II

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Alexandre Herculano

Ao final de uma festa, Márcio e Pedro realizaram uma disputa automobilística com seus veículos, fazendo manobras arriscadas, em via pública, sem que tivessem autorização para tanto. Nessa contenda, houve colisão dos veículos, devido estarem em alta velocidade e, perda de controle dos veículos pelas manobras perigosas, o que quase causou lesão corporal culposa ou até mesmo a morte de um transeunte.

Considerando a situação hipotética apresentada e o disposto no Código de Trânsito Brasileiro, bem como as principais jurisprudências, julgue os itens 56, 57 e 58.

56. Márcio e Pedro responderiam por crime de trânsito caso tivesse cometido um daqueles crimes de dano, mas não pela corrida, pois teria que gerar situação de risco à incolumidade pública ou privada.

57. Márcio e Pedro estão sujeitos à pena de detenção, o crime praticado na conduta delitativa narrada.

58. Caso tivesse somente o crime de lesão corporal de natureza culposa, seria possível a instauração de inquérito policial para apurar as condutas de Márcio e Pedro.

59. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Ao condutor identificado será atribuída pontuação pelas infrações de sua responsabilidade, exceto aquelas puníveis de forma específica com suspensão do direito de dirigir.

60. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Situação hipotética: João tinha 9 pontos, no seu prontuário, no dia sete de janeiro de 2025. Sabe-se que ele cometeu 3 infrações de novembro a dezembro de 2024.

Assertiva: é possível aplicar uma suspensão do direito de dirigir ao João se ele, após o lançamento daqueles pontos no prontuário, tiver cometido mais duas infrações gravíssimas, naquele mesmo ano, e optado pelo sistema de notificação eletrônica e pago elas por 60% dos valores das duas multas.

61. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Quando não for possível sanar a falha no local da infração, o veículo, desde que ofereça condições de segurança para circulação, deverá ser liberado e entregue a condutor regularmente habilitado, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, contra apresentação de recibo, assinalando-se ao condutor prazo razoável, superior a 30 dias, para regularizar a situação, e poderá ser considerado notificado para essa finalidade na mesma ocasião.

62. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Caso a defesa prévia seja indeferida ou não seja apresentada no prazo estabelecido, será aplicada a penalidade e expedida notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, no prazo máximo de 180 dias, contado da data do cometimento da infração, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil que assegure a ciência da imposição da penalidade.

63. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Tratando-se de penalidade imposta por órgão ou entidade da União, dependendo do tipo de infração, o recurso poderá ser julgado pelo CONTRAN em segunda instância.

64. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

O veículo apreendido ou removido a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de sessenta dias, contado da data de recolhimento, será avaliado e levado a leilão, a ser realizado preferencialmente por meio eletrônico. Publicado o edital do leilão, a preparação poderá ser iniciada após trinta dias, contados da data de recolhimento do veículo, o qual será classificado em duas categorias: conservado, quando apresenta condições de segurança para trafegar; e sucata, quando não está apto a trafegar.

65. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Foi criado Registro Nacional Positivo de Condutores – RNPC. Assim, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão utilizar o RNPC para conceder benefícios fiscais ou tarifários aos condutores cadastrados.

66. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Uma criança com idade de 7 anos que não tenha atingido 1,45 m de altura deve ser transportada nos bancos traseiros, em dispositivo de retenção adequado para cada idade, peso e altura, salvo exceções.

67. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Os agentes dos órgãos policiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, mediante convênio com o órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via, poderão lavrar auto de infração de trânsito e remetê-lo ao órgão competente, nos casos em que a infração cometida nas adjacências do Congresso Nacional ou nos locais sob sua responsabilidade comprometer objetivamente os serviços ou colocar em risco a incolumidade das pessoas ou o patrimônio das respectivas Casas Legislativas.

68. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Poderão ser convidados a participar de reuniões do DENATRAN os representantes de órgãos e entidades setoriais responsáveis ou impactados pelas propostas ou matérias relacionadas ao trânsito. Cabendo ao diretor daquele órgão atuar como Secretário-Executivo do Contran.

69. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

Em caso de urgência e de relevante interesse público, o Presidente do Contran poderá editar deliberação, ad referendum do Conselho e com prazo de validade máximo de 90 dias, para estabelecer norma regulamentar.

70. Julgue o item abaixo com base na Legislação de Trânsito e suas atualizações posteriores.

No caso de transferência de propriedade, expirado o prazo de 30 dias sem que o novo proprietário tenha tomado as providências necessárias à efetivação da expedição do novo Certificado de Registro de Veículo, o antigo proprietário poderá encaminhar ao DETRAN, no prazo de 60 dias, cópia do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação.

71. Julgue o item abaixo com base na Resolução 899/22 do CONTRAN.

Na fiscalização de peso dos veículos serão admitidas as seguintes tolerâncias: 5% sobre os limites de pesos regulamentares para o peso bruto total (PBT) e peso bruto total combinado (PBTC); e 10% sobre os limites de peso regulamentares por eixo de veículos transmitidos à superfície das vias públicas e 7,5% quando for cimento asfáltico de petróleo ou biodiesel. Sendo que, as tolerâncias serão consideradas somente quando a fiscalização for por balança rodoviária.

72. Julgue o item abaixo com base na Resolução 882/21 do CONTRAN.

A inscrição sobre o peso e lotação, nos implementos montados sobre o monobloco do veículo de carga, deverá ser afixada na parte externa do mesmo, em sua lateral dianteira.

73. Julgue o item abaixo com base na Resolução 735/18 do CONTRAN.

Ficam dispensadas da emissão de Autorização Especial de Trânsito – AET as Combinações de Transporte de Veículos – CTV e as Combinações de Transporte de Veículos e Cargas Paletizadas – CTVP com até 4,71 m de altura, e que atendam aos limites de largura e comprimento abaixo, quando falarmos sobre as dimensões.

74. Julgue o item abaixo com base na Resolução 870/21 do CONTRAN.

Com relação ao PNATRANS, as propostas dos Cetran, do Contrandife e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal serão encaminhadas ao Contran até o dia 1º de março de cada ano, acompanhadas de relatório analítico a respeito do cumprimento das metas fixadas para o ano anterior e de exposição de ações, projetos ou programas, com os respectivos orçamentos, por meio dos quais se pretende cumprir as metas propostas para o ano seguinte.

75. Julgue o item abaixo com base na Resolução 1014/24 do CONTRAN, especificamente sobre as campanhas mensais.

O tema educativo no trânsito para 2025 é “Desacelere, Seu bem maior é a vida”.

76. Julgue o item abaixo com base na legislação de trânsito.

Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, subjetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

77. Julgue o item abaixo com base na legislação de trânsito.

São consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos públicos de uso coletivo.

78. Julgue o item abaixo com base na legislação de trânsito.

O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administração, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

79. Julgue o item abaixo com base na legislação de trânsito.

As propostas de normas regulamentares serão submetidas a prévia consulta pública, por meio da rede mundial de computadores, pelo período mínimo de 60 dias, antes do exame da matéria pelo Contran. Sendo que as contribuições recebidas na consulta pública ficarão à disposição do público pelo prazo de 2 anos, contado da data de encerramento da consulta pública.

80. Julgue o item abaixo com base na legislação de trânsito.

Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE julgar os recursos interpostos contra decisões das JARI e dos órgãos e entidades executivos estaduais, nos casos de inaptidão permanente constatados nos exames de aptidão física, mental ou psicológica. Sendo que nesses casos não cabe recurso na esfera administrativa.

81. Julgue o item abaixo com base na legislação de trânsito.

Os membros dos CETRAN e do CONTRANDIFE são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente, e deverão ter reconhecida experiência em matéria de trânsito.

82. Julgue o item abaixo com base na legislação de trânsito.

Compete aos órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição aplicar a penalidade de suspensão do direito de dirigir, quando prevista de forma específica para a infração cometida, e comunicar a aplicação da penalidade ao órgão máximo executivo de trânsito da União.

83. Julgue o item abaixo com base na legislação de trânsito.

Quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem no caso de apenas um fluxo ser proveniente de rodovia, aquele que estiver circulando por ela; no caso de rotatória, aquele que estiver circulando por ela; e nos demais casos, o que vier pela direita do condutor.

84. Julgue o item abaixo com base na legislação de trânsito.

O condutor não poderá ultrapassar veículos em vias com duplo sentido de direção e pista única, nos trechos em curvas e em aclives sem visibilidade suficiente, nas passagens de nível, nas pontes e viadutos e nas travessias de pedestres, exceto quando não comprometer a segurança da via.

85. Julgue o item abaixo com base na legislação de trânsito.

O condutor manterá acesos os faróis do veículo, por meio da utilização da luz baixa à noite e mesmo durante o dia, em túneis e sob chuva, neblina ou cerração.

BLOCO III

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

86. João e Maria estavam discutindo a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos consagrados na Constituição Federal, desse debate concluíram corretamente que o direito de reunião pressupõe a união de pessoas em caráter temporário, enquanto a associação pressupõe a união de pessoas em caráter permanente, com interesses em comum.

87. É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir da posse em cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

88. Para concorrer a outros cargos o titular de qualquer mandato eletivo deve renunciar ao seu cargo atual em até 6 meses antes do pleito.

89. São bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais.

90. Compete ao Presidente da República a criação ou extinção de ministérios, através de decreto, desde que não implique em aumento de despesa.

91. É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, em qualquer caso a remoção depende de autorização do Congresso Nacional.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

Tomando por base a disciplina atinente aos poderes conferidos à Administração, aos atos administrativos e aos servidores públicos federais, julgue os itens a seguir.

92. Segundo passou a entender o Supremo Tribunal Federal (STF), a União não está obrigada a instituir regime jurídico único (RJU) de contratação de servidores públicos da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

93. É constitucional a delegação do poder de polícia a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que explorem atividade econômica ou prestem serviço público de atuação própria do Estado, desde que seja feita por meio de lei.

94. O ordenamento jurídico brasileiro conferiu à Administração Pública a prerrogativa de exercer o poder de polícia, o qual representa a possibilidade de se estabelecerem limites e restrições a particulares, podendo ensejar a aplicação de sanções criminais em razão do *jus puniendi* do Estado.

95. Não cabe ao Poder Judiciário, em sua função típica, examinar a razoabilidade dos atos administrativos, na medida em que tal aspecto insere-se dentro do controle de mérito da atuação estatal.

96. A administração pública não dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas em lei como ensejadoras da demissão.

97. Havendo dano a particular em decorrência de omissão estatal em geral aplica-se a responsabilização subjetiva, na qual a vítima deverá comprovar o dano sofrido, a falha no serviço público e o nexo de causalidade para fazer jus à indenização.

DIREITO PENAL*Renan Araújo***Texto-base para os itens 98 a 100:**

No dia 10.10.2024, Mauro, paraguaio, e Adriano, brasileiro, se envolveram em uma briga de trânsito no município de Foz do Iguaçu. Durante a discussão, Adriano sacou uma arma de fogo de uso restrito e disparou contra Mauro, com dolo de matar. Mauro foi atingido duas vezes no peito, tendo sido socorrido e levado para sua cidade natal, no Paraguai. Lá, Mauro permaneceu internado por alguns dias, vindo a falecer em 29.10.2024, em razão dos ferimentos provocados pelos disparos.

Tendo em conta o caso narrado, julgue os itens a seguir:

98. Assertiva: considera-se praticado o crime no dia 10.10.2024, em razão da adoção da teoria da ação.

99. Assertiva: o fato de o crime ter sido praticado com emprego de arma de fogo de uso restrito configura causa de aumento de pena.

100. Assertiva: considera-se praticado o crime tanto no Brasil quanto no Paraguai, em razão da adoção da teoria mista.

101. Sobre o dolo e a culpa, julgue o item a seguir:

São elementos do crime culposos, dentre outros, a tipicidade, o nexo de causalidade e a conduta voluntária.

102. Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir:

Situação hipotética: Ronaldo e Juliano ligaram para Marlene e, fingindo terem sequestrado o filho da vítima, Davi, constrangeram a vítima a transferir R\$ 10.000,00 aos infratores. Marlene, amedrontada, acreditando que seu filho poderia estar em poder dos infratores, tentou contato com ele, e conseguiu falar com Davi, ficando aliviada ao saber que o filho estava a salvo. Diante disso, Marlene não transferiu aos infratores a vantagem indevida.

Assertiva: Ronaldo e Juliano deverão responder pelo crime de extorsão, em sua forma consumada.

103. Acerca do erro, julgue o item a seguir:

Age em erro de proibição indireto o policial que, supondo erroneamente haver agressão injusta iminente contra sua vida, atira contra os ocupantes de um veículo, verificando-se, posteriormente, que os ocupantes não representavam qualquer risco.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

104. A respeito de ação penal, julgue o item a seguir.

O Ministério Público, titular da ação penal pública incondicionada, poderá desistir da ação quando, após o interrogatório do réu, verificar que estão ausentes os pressupostos da ação.

105. Sobre a lavratura de Termo Circunstanciado, julgue o item a seguir:

Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

106. A preservação de locais de crime é uma atividade fundamental para o sucesso nos exames de corpo de delito e outras perícias, por isso, após o isolamento do local de crime, os policiais militares que primeiro chegaram na localidade podem adentrar sem a liberação por parte do perito responsável.

107. Quanto ao interrogatório, julgue o item a seguir:

No tocante ao interrogatório por videoconferência, é garantido ao réu o direito de entrevista prévia com o defensor, como em qualquer outra modalidade do ato, mas não o de contato reservado com o advogado.

108. Acerca das prisões e medidas cautelares, conforme as previsões do Código de Processo Penal, julgue o item a seguir.

Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, ainda que fora da competência territorial do juiz que o expediu.

109. De acordo com a prisão e liberdade provisória, julgue os três itens a seguir

Ninguém será recolhido à prisão sem que seja exibido o mandado ao respectivo diretor ou carcereiro, a quem será entregue cópia assinada pelo executor ou apresentada a guia expedida pela autoridade competente, devendo ser passado recibo da entrega do preso, com declaração de dia e hora.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Antônio Pequeno

A Lei nº 12.850/2013, é a que trata da Organização Criminosa, e traz o regramento para a celebração do termo de colaboração premiada. Diante do exposto, julgue os itens de **110** a **111**, abaixo:

110. O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos.

111. A proposta de colaboração premiada deve estar instruída com procuração do interessado com poderes específicos para iniciar o procedimento de colaboração e suas tratativas, ou firmada pessoalmente pela parte que pretende a colaboração e seu advogado ou defensor público

De acordo com a Lei nº 9.455/1997 (e suas alterações), que define os crimes de tortura, julgue o item abaixo.

112. Se o crime de tortura for perpetrado por agente público, a pena será aumentada na metade

A Lei de nº 11.340/2006 é também conhecida como Lei Maria da Penha busca coibir ou prevenir a violência doméstica e familiar cometida contra a mulher. Nesse sentido, a lei define no artigo 7º. As formas de violência existentes e que afetam mulheres. Isso posto, julgue o item abaixo.

113. A violência física faz acepção a qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar as ações da mulher

114. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, admite-se a modalidade culposa do delito, no caso de demora demasiada no exame de processo, em prejuízo de réu preso.

115. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, agentes honoríficos não podem ser sujeitos ativos dos crimes previstos na lei.

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

Acerca dos Direitos Humanos, julgue

116. Os direitos humanos de terceira dimensão estão inseridos em um contexto de maior intervenção do Estado, visando atenuar as diferenças sociais.

117. Os direitos humanos são irrenunciáveis, de modo que podem até deixar de ser exercidos por seus titulares, os quais, no entanto, jamais podem renunciar a tais direitos.

118. Os tratados internacionais sobre direitos humanos assinados pelo Brasil possuem status supralegal, isto é, estão acima das leis nacionais e abaixo da Constituição Federal.

119. O Brasil pode aderir a textos de tratados internacionais sobre direitos humanos já existentes, ainda que não tenha participado da fase de negociação.

120. O Pacto de San José da Costa Rica trata de forma expressa sobre a pena de morte, determinando que não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
